



Memória e espaços em disputa em San Carlos de Bariloche: o caso do monumento ao Gen. Roca no Centro Cívico

***Memory and spaces in dispute in San
Carlos de Bariloche: the monument to
Gen. Roca in the Civic Center***

Luciana Romão da Silva

*Mestre em Estudos Sociais Latino-americanos, Faculdade de
Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires,
Argentina. lucianaromao.86@gmail.com*

Resumo

O artigo aborda a polêmica surgida entre a década de 1990 e a atual em torno de dois grupos de memórias contrapostas sobre um dos acontecimentos históricos-chave da formação do Estado Nacional argentino no século XIX, a denominada "Conquista do Deserto" (1878-1885), e seu principal comandante, o Gen. Julio Argentino Roca (1843-1914). Tal polêmica tem como principal disparador uma série de monumentos em homenagem a Roca presentes nos espaços públicos de diversas cidades da Argentina, dentre as quais, San Carlos de Bariloche, na Patagônia, onde parte da população local alega que a estátua alude não a um passado glorioso, mas ao massacre genocida que teve por alvo principalmente o povo indígena Mapuche que habitava originalmente aquela região. Aqui será exposto como tal monumento tornou-se objeto de uma disputa simbólica que revela, em seu conteúdo e origens, a emergência no espaço urbano de demandas específicas por terra, por autonomia territorial, por condições dignas de vida, reconhecimento identitário e, por fim, pela consolidação de novos espaços de representação social e política para os indígenas argentinos.

Palavras-Chave: monumento, memória, povos indígenas, Mapuche, "Conquista do Deserto", Julio A. Roca, San Carlos de Bariloche, Argentina.

Abstract

The article deals with the controversy involving two groups of conflicting memories that have emerged between the 1990s and the present in Argentina, concerning a key historical fact in the origins of the National State in the XIX Century: the so-called "Conquest of the Desert" (1878-1885), and its main commander, the general Julio Argentino Roca (1843-1914). These polemics were triggered by some monuments built on Roca's honor on distinguished cities of Argentina, including San Carlos de Bariloche, located in Patagonia. Part of local people, claims that the monument doesn't honor a glorious past, but a genocide in which the Mapuche people, that first lived on those lands, were persecuted and killed. Here, it will be exposed how such monument became the main target of a symbolic dispute that reveals its contents and origins, on a deep process of fight over land, territorial autonomy, better conditions of life, identity recognition and, finally, the consolidation of new spaces for social and political representation of the Argentinian natives.

Keywords: monument, memory, native people, Mapuche, "Conquest of the Desert", Julio A. Roca, San Carlos de Bariloche, Argentina.

INTRODUÇÃO

Desde os anos noventa vem ocorrendo na Argentina uma ampla revisão das memórias históricas sobre o período de formação do Estado Nacional, em especial das que se relacionam a um de seus acontecimentos fundacionais, a chamada "Conquista do Deserto" (1878-1885): um conjunto de campanhas militares que incorporou os Pampas e a Patagônia leste-andina ao território argentino, resolvendo definitivamente o problema das fronteiras internas até então disputadas com os povos indígenas que ali habitavam.

Dentre as diversas facetas assumidas por essa revisão, nenhuma gerou mais controvérsia na esfera pública que as propostas de remoção de monumentos, placas de rua, bustos, dentre outras homenagens realizadas ao presidente e general Julio A. Roca. Num primeiro momento, esse questionamento assumiu a forma de intervenções anônimas e ilegais, tais como pichações, realizadas ocasionalmente e sem maior sistematicidade. Porém, com o passar dos anos elas se tornaram mais frequentes, tendo por

alvo sobretudo os monumentos, até o ponto de surgirem propostas em âmbito nacional pela "desmonumentalização" do Gen. Roca.

Personagem importante da política nacional na segunda metade do século XIX, o Gen. Roca foi um estrategista habilidoso. Ganhou notoriedade pública quando, na condição de Ministro de Guerra e Marinha, comandou a "Conquista do Deserto", façanha tão significativa no quadro geopolítico oitocentista que lhe rendeu o prestígio necessário para concorrer e ganhar a presidência do país em 1880. Foi presidente por dois períodos (1880-1886 e 1898-1904), época em que realizou acordos de paz com as nações vizinhas, Brasil e Chile, dando continuidade também externamente à consolidação do território e suas fronteiras. Na esfera econômica, assegurou os interesses de classe da oligarquia agroexportadora no momento em que o país se afirmava no mercado internacional como "celeiro do mundo", enquanto, na esfera política, soube realizar numerosas alianças estratégicas que mantiveram seu partido, o conservador Partido Autonomista Nacional (PAN) no poder por mais de trinta anos seguidos.

Segundo as memórias hegemônicas bem representadas nos monumentos inaugurados em sua homenagem durante a década de 1940, o Gen. Roca simboliza, portanto, a construção do Estado Nacional, a prosperidade agrícola e a estabilidade política, ou seja, sintetiza no imaginário social o processo de modernização oligárquica que levou a Argentina a viver uma verdadeira *belle époque* latina no início do século XX.

Por outro lado, a "Conquista do Deserto" fundamentou-se no extermínio físico e homogeneização cultural da nação Mapuche que tradicionalmente vivia naquele território. Os prisioneiros, muitos dos quais eram mulheres e crianças, foram separados, vendidos a famílias ricas de Buenos Aires ou então levados a grandes fazendas no interior para trabalhar em condições não muito diferentes da escravidão. Além disso, depois de finalizada a campanha militar, mais de quarenta milhões de hectares de terras foram vendidas pelo Estado a preços irrisórios a poucos fazendeiros ligados à

Sociedade Rural Argentina, originando os latifúndios que até hoje caracterizam a paisagem das grandes planícies patagônicas. Para seus críticos, a "Conquista" representa uma história de despojos violentos, e Roca, sendo seu principal artífice, não merece ser enaltecido publicamente num país democrático.

Apesar desses fatos serem do conhecimento geral da população, até os noventa haviam sido escassamente debatidos fora da literatura histórica especializada; em outras palavras, não havia ocorrido a ninguém questionar as memórias previamente consolidadas sobre o Gen. Roca na paisagem urbana, menos ainda para pedir sua remoção. Na pesquisa de mestrado da qual deriva este artigo, sustentamos como hipótese que a emergência de novas memórias sobre o Gen. Roca e a "Conquista do Deserto" teve sua origem na conjugação de quatro fatores:

- 1) a generalização, após a Guerra das Malvinas (1982) e, conseqüentemente, com o fim da ditadura militar (1976-1983), de um forte sentimento de descrédito contra as Forças Armadas, levando ao questionamento ampliado de seu papel frente à sociedade e de sua participação histórica no Poder Executivo desde a consolidação do Estado no século XIX;
- 2) o surgimento, durante os noventa, dos direitos humanos como parâmetro de interpretação jurídica e social da violência de Estado, levando a que a figura da vítima, suas memórias e experiências subjetivas passassem a ocupar um lugar importante nas reivindicações sociais e políticas;
- 3) a recuperação do espaço público como lugar legítimo do enfrentamento político e da práxis sociocultural;
- 4) também nos noventa, a emergência de movimentos indígenas organizados em escala regional e nacional que fortaleceram os debates políticos centrados na questão agrária, na problemática étnico-cultural e nas demandas pelo reconhecimento estatal das diferentes nações existentes no território argentino.

Também sustentamos, na referida pesquisa, que esses fatores ganharam maior ou menor peso de acordo com as características históricas, urbanas e demográficas das cidades onde os monumentos estão localizados. Em Buenos Aires, por exemplo, onde a população indígena é bastante reduzida, os argumentos contra Roca se basearam principalmente no parâmetro universal dos direitos humanos e na noção de que manter no espaço público uma imagem ofensiva a parte da população significa ofender a sociedade como um todo. Já em Bariloche, cujo caso vamos expor, a discussão girou em torno dos direitos à diferença cultural e à igualdade política, social e econômica, ganhando peso nas argumentações contra-monumento a situação precária dos mapuche que vivem tanto no meio rural como na periferia urbana.

Por esse motivo, o artigo foi estruturado em duas partes. Na primeira, será traçado um breve panorama da relação entre povos indígenas e Estado que caracterizou os cento e vinte anos que separam a "Conquista do Deserto" das críticas atuais dirigidas ao Gen. Roca. A seguir, apresentaremos as disputas ocorridas em Bariloche entre 1996 (ano em que foi noticiada a primeira intervenção sobre o monumento) e 2012 (quando a polêmica atingiu seu ponto mais expressivo).

PUEBLOS ORIGINARIOS: DA HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL

OITOCENTISTA AOS RECLAMOS IDENTITÁRIOS

CONTEMPORÂNEOS

Uma vez finalizadas as incursões militares na Patagônia, o governo argentino contava com uma cifra de mais de 12 mil prisioneiros, apresentando-se às autoridades o problema do quê fazer com tal contingente humano destituído de suas terras, de seus grupos familiares e sem meios próprios de sobrevivência. No Congresso Nacional, as discussões oscilavam entre "o reconhecimento de uma situação diferencial de precariedade" e o

"imperativo de 'cidadanizar' a qualquer preço aos aborígenes" (Quijada, 1999, 702), com a prevalência final da segunda opção. Consequentemente, o destino final dessa população foi sua transferência compulsória para o campo, como peões e posseiros, para as forças armadas, como soldados de fronteira, e para o serviço doméstico, no caso das mulheres e meninas.

Numa época em que a própria noção de "argentinidade" ainda estava sendo construída, a integração compulsória levou à diluição das identidades étnicas ao interior da formulação identitária homogeneizadora que se buscava afirmar¹. Sob o signo da barbárie que fora derrotada e elevada à civilidade, a categoria indígena foi, então, negada em âmbitos diversos (na historiografia oficial, nos manuais escolares no espaço jurídico, entre outros), passando a identificar-se paulatinamente com as poucas idiosincrasias a ela aplicáveis na sociedade moderna: os oprimidos, os despossuídos, as classes populares, as classes trabalhadoras.

Portanto, ainda que o processo de cidadanização não tenha silenciado totalmente as reivindicações de raiz cultural, na Argentina grande parte das mobilizações indígenas realizadas ao longo do século XX estiveram ligadas a estruturas sindicais, à atuação dos grupos de base da igreja católica e a partidos políticos de teor populista. Esse quadro só sofreu alterações significativas a partir dos anos noventa, quando as frentes de luta indígenas começaram a se moldar às tendências de "juridicização" (Briones, 2005; Jouanny, 2013) em andamento na América Latina e Caribe como um todo, e que respondiam, por sua vez, às políticas de reconhecimento das diferenças culturais nucleadas pela ONU².

¹ Não só os mapuche da Patagônia sofreram esse processo. Também na região do Chaco e no norte do país ocorreram entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX sucessivas campanhas militares que terminaram por desestruturar profundamente o tecido social tradicional das diversas nações indígenas que habitavam essas terras. No Censo Demográfico realizado em 2010, pelo critério de auto-identificação foram contabilizados 38 povos em todo o território argentino.

² Merecem destaque a aprovação do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989 e, em 1994, a preparação do primeiro esboço da Declaração Universal dos

Isto é, com a redemocratização em 1983, o governo argentino se viu pressionado não só a apurar as numerosas denúncias de violação de direitos humanos ocorridas no regime militar, mas também a ratificar a nova agenda indigenista internacional. Deriva daí a sanção de diversas Leis Integrais (sobretudo nas províncias com maior população indígena) e a adoção de um primeiro conjunto normativo em escala nacional, cujo principal marco foi a inclusão do artigo 75, inciso 17, na Reforma Constitucional de 1994³.

Para Carrasco (2002) e Jouanny (2013), o grande mérito desse conjunto normativo foi outorgar valor jurídico a uma entidade maior do que a anteriormente englobada pela categoria "comunidade", a saber, a de "povos indígenas", dando legitimidade constitucional ao elemento estrutural por excelência de suas reivindicações: a questão territorial e fundiária. Por outro lado, ressaltam que a definição das territorialidades tradicionais em termos jurídicos facilita a governabilidade dessas alteridades pelo Estado, permitindo-lhe anular, por exemplo, reclamos territoriais pautados na aquisição de novas terras. Em outras palavras, o reconhecimento de direitos se restringe às pessoas jurídicas e, portanto, a territórios previamente estipulados, excluindo pessoas que habitam fora dos espaços comunitários, tanto no campo como nas cidades; problema grave, se consideramos que, devido ao processo de cidadanização pós "Conquista do Deserto", a população indígena urbana e periurbana na Argentina é enorme.

Assim, se no discurso o Estado renunciou às práticas modernas de "assimilação cultural", na prática o que existe hoje é uma forma muito restrita de consulta e participação, sobretudo na esfera política:

Direitos Indígenas (aprovada definitivamente em 2007): conjuntos normativos que, entre outros pontos, ditaram em escala planetária as diretrizes de inserção do direito consuetudinário indígena ao interior dos corpos legislativos dos países signatários do Convênio.

³ Em linhas gerais, a Reforma Constitucional de 1994 oficializou o reconhecimento à preexistência étnica e cultural dos povos indígenas, garantindo assim o respeito legal às identidades étnicas, idiomas e costumes indígenas, bem como o direito à propriedade comunitária das terras tradicionalmente ocupadas por esses povos.

Funcionarios, técnicos y agencias estatales deciden cuáles son las necesidades, intereses y prioridades de los pueblos indígenas. Cíclicamente, entonces, los 'asuntos indígenas' quedan subordinados a las agendas de y competencias entre los partidos políticos acentuando la dependencia clientelar y el paternalismo asistencialista (Carrasco, 2002, 27).

Se somamos a isso o fato de que existem pouquíssimos advogados e representantes indígenas nos institutos e secretarias públicas, ao passo em que nesses espaços há muitos advogados e burocratas ligados aos interesses empresariais e latifundiários, entendemos o porquê de tais questões serem tratadas apenas na teoria com imparcialidade pela Justiça e pelo poder público.

Não surpreende, nesse sentido, que a recessão econômica dos anos 2000 tenha fortalecido os discursos mais radicais e levado diferentes grupos indígenas a mudar suas estratégias reivindicatórias para a ação direta via, por exemplo, ocupação de terras (Delrio e Ramos, 2005; Aranda, 2015). O momento político permitiu ainda que as formas organizativas supracomunitárias em conformação desde a década anterior se fortalecessem, dessa vez com um discurso político e cultural mais autônomo em relação às associações católicas e organizações de direitos humanos com as quais costumavam dialogar.

Como mencionado, a cidadanização foi fundamental para que grande parte da população de origem indígena se identificasse com as reivindicações emergidas diretamente dos discursos de classe. Entretanto, o recrudescimento neoliberal e o desencadeamento da crise econômica levou a que os grupos populares antes beneficiados pelo *ethos* e políticas de Estado como trabalhadores passassem a interpretar sua condição nos termos de uma cidadania vazia e, portanto, a repensar as categorias de pertencimento nas quais tinham sido enquadrados até então.

Uma novidade das manifestações surgidas nesse momento foi a ênfase nos discursos auto-afirmativos, principalmente entre os jovens militantes

nascidos nos centros urbanos. Para eles, 2001 foi um ponto de inflexão importante não só pelo aprofundamento dos protestos sociais massivos em todo o país, mas também porque neste ano foi realizado o primeiro Censo Nacional em que o critério de auto-identificação foi incorporado, encorajando campanhas de conscientização entre pessoas que estiveram fora das redes de militância indígena estruturadas nas décadas anteriores.

Dentre as experiências surgidas nesse contexto, destacou-se a Campanha de Autoafirmação Mapuche *Wefkvletuyiñ* na província de Río Negro, onde se localiza a cidade de San Carlos de Bariloche, e que teve um papel fundamental no intercâmbio de experiências entre os mapuche envolvidos no ativismo de bairro e estudantil desta e de outras cidades importantes da região, como El Bolsón e Fiske Menuko. Essa experiência interessa ao estudo de caso aqui apresentado na medida em que o espaço aberto pela Campanha e por outras iniciativas similares que a sucederam permitiram a muitos jovens cruzarem suas experiências de moradores pobres da periferia urbana à sua condição de pertencimento ao povo Mapuche, encorajando processos bastante complexos de reconstrução de histórias familiares, recuperação de cerimônias e a reivindicação de experiências urbanas particulares advindas da cena contracultural *punk* e anarquista a que muitos deles pertenciam (Kropff, 2004, 2005)⁴.

A seguir, apresentaremos uma série de episódios envolvendo o monumento a Roca por meio dos quais os questionamentos sociais e políticos nucleados pelo ativismo mapuche urbano se evidenciaram na cidade de Bariloche.

⁴ Exemplo esclarecedor desse processo foi a popularização entre muitos jovens da categoria "mapurbe": os mapuche urbanos.

A DISPUTA SOBRE O MONUMENTO AO GEN. ROCA EM BARILOCHE

O monumento ao Gen. Roca integra o projeto paisagístico do Centro Cívico: uma grande praça seca de aproximadamente 1200m² cercada por cinco edifícios públicos - a Biblioteca, o Museu Histórico, a Prefeitura, o Conselho Municipal e a Delegacia -, todos eles inspirados na arquitetura normanda e construídos durante a década de 1930 pelo arquiteto Ernesto Estrada. O Centro Cívico foi, nessa época, o "carro-chefe" de um ambicioso plano de urbanização idealizado por Exequiel Bustillo no intuito de transformar o então pequeno povoado localizado às margens do Lago Nahuel Huapi e à entrada do Parque Nacional de mesmo nome num importante polo turístico para a elite nacional⁵. Da praça seca, com o monumento posicionado exatamente no centro geométrico, tem-se uma vista privilegiada do lago, com a cordilheira à frente; dali partem duas importantes avenidas: a Av. Mitre, até hoje um importante eixo do comércio e do turismo local, e a Av. Exequiel Bustillo, onde se concentra o setor hoteleiro e por onde se acessam as famosas estações de esqui da cidade.



Vista panorâmica do Centro Cívico. Montagem a partir de fotos da autora.

⁵ A cidade de Bariloche foi fundada oficialmente em 1902, sendo seguida, em 1903, da criação do Parque Nacional Nahuel Huapi, que engloba esta e outras cidades da região. Em 1934, foi instituída a Direção Nacional dos Parques Nacionais (Lei Federal Nº12103/34), a cargo de Exequiel Bustillo, um aristocrata com relativa influência junto ao governo federal. De ponto de vista administrativo, a jurisdição dos Parques Nacionais se sobrepunha às prefeituras, de forma que o projeto de desenvolvimento urbano da região está ligado antes à iniciativa da mencionada Direção do que à administração municipal.

O monumento em si é bastante simples. Representa o Gen. Roca sobre seu cavalo, ambos com aparência cansada e contemplativa, como quem, depois de uma longa travessia, observa à sua frente o resultado de seu esforço. Do centro da praça, que foi batizada de "Expedicionários do Deserto", Roca observa o lago, a cordilheira e a entrada do Parque Nacional⁶; também, simbolicamente, observa a fronteira com o Chile, assinalando sutilmente que foi graças a Roca que a Argentina consolidou a soberania sobre aquelas terras.



Monumento ao Gen. Roca (à esquerda) e vista do monumento com o Lago Nahuel Huapi à frente (fotos da autora).

A primeira intervenção sobre o monumento noticiada na mídia aconteceu em 12 de outubro de 1996, por ocasião das apresentações organizadas pela Resistência *Heavy-Punk*, movimento musical da periferia que, nesse dia, realizou uma série de apresentações no Centro Cívico em protesto pelo "Dia da Raça"⁷. Um grupo de manifestantes conseguiu permissão da prefeitura

⁶ Concebido, vale citar, por Francisco P. Moreno, um dos principais cientistas a acompanhar a expedição militar de 1879.

⁷ No dia 12 de outubro comemora-se em toda a América espanhola a chegada de Cristóvão Colombo ao continente. Na Argentina, o feriado foi celebrado sob o nome de "Dia da Raça" até

para cobrir a estátua com um manto negro forrado com manchas vermelhas, em alusão ao sangue indígena derramado pelos soldados a mando de Roca na "Conquista do Deserto".

Ainda que não tenham alterado diretamente a estátua, a intervenção, que ficou conhecida como "O Eclipse de Roca", despertou certo mal-estar. Poucos dias depois, Gilberto Taddeo, um conhecido meteorologista local e fundador da Associação Amigos de Francisco P. Moreno, retirou o manto negro e depositou aos pés da estátua uma oferenda floral como um pedido de desculpas público pela ofensa cometida pelos jovens. Também enviou em nome da Associação duas cartas, uma ao então presidente da república, Carlos Menem (1989-1999), e outra ao Conselho Deliberativo de Bariloche, solicitando medidas legais para o respeito e preservação da obra.

Em resposta direta a essa iniciativa, no início de 1997 a Comunidade Mapuche de Anekón Grande⁸ realizou um abaixo-assinado para pedir formalmente ao Conselho Deliberativo a remoção da estátua e a alteração do nome da praça por considerá-los ofensivos à população local. Naquela ocasião, o pedido foi negado pela Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos sob a justificativa de que era um elemento original do Centro Cívico, que estava tombado como patrimônio histórico desde 1987.

Diante da resposta negativa do poder público em realizar qualquer alteração no conjunto, o monumento se tornou alvo de incontáveis pichações, que são até hoje constantemente renovadas apesar das restaurações periódicas realizadas pela prefeitura. A simpatia pela causa indígena pode ser identificada graças à presença, ali, de uma série de grafismos e expressões

o ano de 2010, quando o decreto presidencial 1584/2010 mudou a denominação para "Dia do Respeito à Diversidade Cultural". Porém, desde o V Centenário do Descobrimento (1992), os povos indígenas argentinos decidiram conjuntamente que deveriam batizar o dia precedente, 11 de outubro, como "O último dia de liberdade".

⁸ Trata-se de uma importante comunidade localizada na zona rural a leste da província de Rio Negro. Encontra-se na zona de influência de Bariloche e, por isso, se insere na dinâmica de migrações sazonais desta cidade. Daí deriva uma rede extensa de parentesco que a liga diretamente aos grupos de militantes mapuche que moram em Bariloche.

usuais entre os jovens "mapurbe": entre as frases mais frequentes no pedestal, por exemplo, estão a expressão em *mapuzungun* (idioma mapuche) "*marici weu*" (traduzida normalmente como "dez vezes viveremos, dez vezes venceremos") e outras como "povo Mapuche vive", "Roca assassino", "genocida", "*rati puto*"⁹.

Entretanto, se a remoção do monumento pela via institucional parecia impossível devido ao tombamento do Centro Cívico, a partir de 2003 o caráter inalterável do conjunto foi colocada novamente à prova. Na comemoração do feriado de 24 de Março¹⁰, a exemplo do que vinha ocorrendo em diversas outras praças importantes por todo o país, simpatizantes da Associação Mães da Praça de Maio decidiram realizar no chão a pintura dos emblemáticos *pañuelos* brancos que caracterizam essa organização.

Como reação, novamente a Associação Amigos de Francisco P. Moreno solicitou à prefeitura que procedesse com a limpeza imediata do piso, mas o pedido foi negado. Uma vez que o argumento até então utilizado pelo poder público para manter a estátua se baseava no critério de inalterabilidade de todo o Centro Cívico, incluindo o chão, muitos ativistas começaram a questionar quais memórias poderiam, então, reivindicar-se como legítimas naquele espaço: por que os *pañuelos* mereciam estar ali, mas as memórias mapuche não?

A polêmica passou, assim, a envolver um espectro muito mais amplo de cidadãos, num contexto marcado pela consolidação do discurso dos direitos humanos em todo o país após a eleição de Néstor Kirchner (2003-2007) para a presidência. Em contraste com as equiparações entre indígenas e desaparecidos políticos que dava o tom geral dos argumentos contra-roquistas na cidade de Buenos Aires, em Bariloche a discussão concentrou-se sobretudo no etnocentrismo por detrás da estátua, numa cidade onde o abismo social entre a população mapuche e não-mapuche ficava cada vez mais evidente. À jovem

⁹ A gíria *rati* significa policial ou militar.

¹⁰ Data do golpe militar de 1976. Foi instituído feriado nacional a partir de 2002 como "Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça".

militância concentrada nos bairros periféricos preocupava que o apoio seletivo da prefeitura (a cargo de um aliado político do kirchnerismo) encobrisse, através do discurso "universal" dos direitos humanos, as reivindicações étnico-culturais sustentadas diretamente pelos indígenas:

El despojo de Roca no constituye un mero dato de nuestra historia, es una realidad palpable en los barrios marginales y en las desatendidas zonas rurales, realidad que demuestra la incapacidad de nosotros los "huincas" para crear una instancia sin vencidos ni vencedores, pluricultural y de participación igualitaria (Gámez, 2003, s/p).

Com o precedente aberto pela Campanha de Autoafirmação Mapuche *Wefkvletuyiñ*, uma série de novos coletivos culturais começaram a se formar na cidade, misturando experimentações artísticas com os dilemas e dificuldades próprios da vida na periferia. O questionamento público ao monumento ganhava um novo significado: ocupar um espaço emblemático da cidade turística e de aparência europeia, que tanto contrastava com os bairros pobres e suas casas de madeira na periferia conhecida como o "Alto", a cidade oculta pelas montanhas, onde vive parte expressiva da população de origem mapuche:

Allí se podían adquirir tierras a bajo costo que, aunque habían sido loteadas, no tenían calles, ni servicios básicos. Actualmente, la denominación "Alto" carga un estigma discursivo, tiene una carga peyorativa que se manifiesta en los discursos y en las políticas hegemónicas. Los sectores dominantes asocian la población del Alto a la marginación, al atraso, a la violencia y la delincuencia. En Bariloche, cada lugar está asignado a un determinado grupo social que se identifica, a la vez, por marcas de aspecto y de indumentaria racializadas. La "población blanca" de los kilómetros y el centro se contraponen a "los negros" del Alto. En este contexto, no es llamativo que gran parte de la población mapuche resida en el Alto (Roncarolo, 2006, s/p).

Uma das iniciativas mais marcantes nesse sentido foi a Semana da Liberdade organizada em outubro de 2008 e de 2009 pelo coletivo El Kultrunazo. Nas suas duas edições, o grupo lançou uma programação semanal com palestras sobre cultura mapuche, shows de *rock*, *punk* e *hip hop*, jornadas de trabalho comunitário, apresentações de poesia oral, teatro e dança. Mas o maior

impacto causado pela Semana se deveu à sua performance inaugural: um grande *kultrun*¹¹ de metal e tecido, construído com materiais reciclados, foi levado em procissão desde o "Alto" até o Centro Cívico, onde, então, foi depositado sobre o monumento a Roca, abrindo oficialmente as festividades.

O ocultamento temporário de Roca pelo *kultrun* evocava o passado violento por meio de um discurso não derrotista, que reivindicava a presença viva e atuante da população mapuche no presente. Apesar do caráter pacífico da ação, nas duas edições o *kultrun* foi danificado por anônimos, revelando-se com isso o ressentimento de alguns grupos da sociedade barilocheense diante de quaisquer críticas à estátua realizadas em prol da memória indígena patagônica.

Ainda assim, era inegável que o monumento havia se transformado num objeto-chave das manifestações sociais em Bariloche. Entre os anos 2010 e 2012, por exemplo, sofreu uma série de intervenções, muitas das quais em tom claramente irônico e provocador, nas quais a figura histórica do Gen. Roca passara a representar toda sorte de injustiça social denunciada pela população local. Nesse sentido, chamou especial atenção em jornais e revistas de todo o país o ato levado a cabo por integrantes da Cooperativa de Trabalho 1º de Maio no dia 12 de outubro de 2012. Nessa data, em meio aos protestos indígenas pelo "último dia de liberdade", um grupo com mais de cinquenta manifestantes ocupou a praça e tentou derrubar a estátua com serrotes e cordas, desencadeando um grande tumulto com a polícia e a prefeitura.

Apesar do destaque óbvio que o monumento ganhou nesse caso, os manifestantes tinham ido ao Centro Cívico não para derrubar a estátua, mas para pressionar a prefeitura para que renovassem rapidamente os contratos de trabalho que o município mantinha com esta e outras cooperativas como parte de um plano nacional de desenvolvimento social que estava sendo

¹¹ O *Kultrun* é um elemento filosófico importante da cosmogonia mapuche que é representado graficamente por um círculo dividido em quatro quadrantes, nos quais são pintadas as quatro estações, as fases da lua, ou outros elementos astronômicos, como o sol, as estrelas, etc. Costuma figurar nos tambores rituais típicos do povo Mapuche, de modo que também o instrumento musical ficou conhecido pelo nome de *kultrun*.

negligenciado na província de Rio Negro¹². Essa mistura entre reivindicações trabalhistas e algo aparentemente tão específico como a remoção do monumento só pode ser entendida se levamos em consideração a marginalidade social extrema e a segregação espacial vivida cotidianamente pela população pobre de Bariloche:

-¿En qué se relacionan el pedido de empleo con el ataque al monumento?, le preguntó este diario a una de las integrantes de la Agrupación. "En todo, completamente en todo, son cosas que van juntas", dijo la chica en un tono emocionado. "Mi madre es mapuche, mi abuela fue Machi, mi bisabuelo fue Cacique. Nuestra familia directa vivió la Campaña del Desierto, para nosotros la estatua de Roca es un insulto diario", le dice José a Clarín (Andrade, 2012, s/p).

A tentativa de retirar a estátua pode ser interpretada, assim, como parte de um conjunto de ações mais ou menos espontâneas (na medida em que não chegaram a configurar-se em torno de uma pauta política clara e unificada) que os setores marginalizados de Bariloche vêm empreendendo como resposta direta à desagregação social a que estão submetidos.

No caso da Cooperativa 1º de Maio, essa tensão terminou por explodir novamente meses depois, em dezembro, quando seus membros foram acusados de comandar e instigar uma onda de saques a supermercados de diversos bairros da cidade, levando-os à prisão. Coincidentemente, dias antes fora inaugurada a primeira etapa da mostra artística *In Situ* promovida pela Secretaria de Cultura da Nação; entre as instalações previstas, estava a obra Geometria Sagrada de Tomás Espina, que consistia numa passarela de madeira posicionada acima do monumento a Roca.

A obra, que havia despertado a desconfiança de grupos conservadores por considerá-la em desarmonia com o conjunto estético do Centro Cívico, foi aprovada justamente porque buscava promover a ideia de que era necessário estabelecer-se uma "ponte" de diálogo ao redor do monumento naquela

¹² O Programa Renda Social com Trabalho ("Argentina Trabalha") do Ministério de Desenvolvimento Social.

cidade. Porém, diante da ordem de prisão aos membros da Cooperativa e a outras pessoas que se declaravam inocentes, anarquistas, sindicatos e militantes de partidos políticos realizaram um acampamento sob a obra, utilizando a estrutura de madeira para colar cartazes de protesto e armar barracas de acampamento, conferindo-lhe um novo sentido inesperado:

La estructura posibilitó que tomaran el Centro Cívico y pudieran instalarse a resguardo del viento y la lluvia, entre otras cosas. Situación paradójica... Lo cierto es que el puente quedó en el medio de una situación social de fractura en la sociedad de Bariloche (entrevista a Tomás Espina em Pintos, 2013, s/p).

El puente terminó siendo un puente entre El Alto, donde viven la mayoría de los marginados con el Centro Cívico. Pero el problema es que hay sectores que creen que esas personas (los marginados) no deberían existir, que habría que matarlas como Roca mató a los indios (entrevista a Tomás Espina em Lynch, 2013, s/p).

Involuntariamente, o monumento evidenciou uma vez mais o contraste social entre a cidade turística e o "Alto", refletindo em si mesmo o processo duplo de invisibilidade social da população indígena: primeiro, enquanto representação de Roca, remete diretamente à conquista militar de 1879 e ao processo de aniquilamento e submissão dos mapuche ao Estado-nação argentino; em segundo lugar, enquanto objeto historicamente situado, ele se relaciona com as reformas urbanas de Exequiel Bustillo e Ernesto Estrada, que não só consolidaram Bariloche no imaginário nacional como a "Suíça argentina", como direcionaram a expansão do tecido urbano informal para o "Alto", densamente povoado, desprovido de infraestruturas e invisível ao olhar dos turistas.

A polêmica ao redor da estátua responde, assim, não só a uma disputa simbólica entre duas memórias que buscam se impor como verdadeiras no espaço público, mas também à política e social dos habitantes do "Alto", em sua maioria de descendência indígena, de reivindicar sua própria presença no espaço "nobre" da cidade, onde os eventos culturais e as principais atividades de lazer têm lugar, de onde se tem umas das vistas mais bonitas

da cidade, onde há infraestrutura, onde há emprego e, não podemos esquecer, onde a maioria dos protestos ganham visibilidade. O monumento a Roca no Centro Cívico representa, portanto, o próprio centro de decisão política da cidade, negado cotidianamente aos habitantes do "Alto".

CONCLUSÃO

As discussões no Centro Cívico vêm demonstrando que os espaços públicos estão abertos para processos legítimos de desconstrução de memórias e histórias, permitindo a negação de estruturas de dominação tidas socialmente como naturais. Ainda que o monumento permaneça em seu lugar original até hoje, ele já não se incorpora à paisagem de Bariloche como um elemento inquestionado.

Entretanto, é necessário entender essa discussão também nos limites próprios dos protestos simbólicos; sempre existe o risco de que tais ações sejam supervalorizadas, levando à ideia errada de que a retirada dos monumentos seria suficiente para resolver tensões seculares. Assumindo que as práticas de dominação implicam a decisão sobre o que pode ser visto e o que se deve aceitar em silêncio (Safatle, 2015), podemos afirmar que os relatos e memórias que sustentaram a Roca por mais de cem anos como herói nacional estão fragilizados. Um dos grandes méritos das tentativas de remoção da estátua certamente foi, nesse sentido, ter quebrado, ao menos na esfera simbólica, o pacto de invisibilidade dos povos indígenas que perdurou na Argentina durante os mais de 130 anos que nos separam da "Conquista do Deserto".

REFERÊNCIAS (BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS)

ANDRADE, Claudio. "Denuncian penalmente a manifestantes que intentaron tirar el monumento a Roca", *Clarín*, 16 de outubro, 2012, acessado em 29 de outubro, 2015, http://www.clarin.com/politica/Denuncian-penalmente-manifestantes-intentaron-Roca_0_793120857.html

ARANDA, Dario. *Argentina Originaria: Genocidios, saqueos y resistencias*. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2015.

BRIONES, Claudia. Formaciones de alteridad: contextos globales, procesos nacionales y provinciales. In *Cartografías argentinas: políticas indígenas y formaciones provinciales de alteridad* ed. BRIONES, Claudia, 9-39. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2005.

CARRASCO, Morita. *El movimiento indígena anterior a la reforma constitucional y su organización en el Programa de Participación de Pueblos Indígenas*. Artigo apresentado no encontro anual do Latin American Network Information Center, Austin, University of Texas, 2002.

DELRIO, Walter. *Memorias de expropiación: Sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1942)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

GAMEZ, José R. "Manchas Negras", *Indymedia Argentina*, 17 de Julho, 2003, acessado em 29 de outubro, 2015, <http://argentina.indymedia.org/news/2003/07/121215.php>

KROPFF, Laura. 'Mapurbe': jóvenes mapuche urbanos, *KAIRÓS-Revista de Temas Sociales* 14, 2004, s/p.

_____. Activismo mapuche en Argentina: trayectoria histórica y nuevas propuesta. In *Pueblos indígenas, estado y democracia*, org. DÁVALOS, Pablo, 103-132. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LENTON, Diana. *Los indígenas y el Congreso de la Nación Argentina: 1880-1976*, Revista NAYÁ Noticias de Antropología y Arqueología 14, 1997, s/p.

_____. *De centauros a protegidos: La construcción del sujeto de la política indigenista argentina desde los debates parlamentarios (1880-1970)*. Tese (doutorado), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2005.

JOUANNY, Miguel Leone. *Pueblos Originarios y democracia*. Conformación de nuevos sujetos políticos. *Argentina, 1983-2013*, Revista Observatorio Latinoamericano 12, 2013, 302-320.

LYNCH, Guido. "Polémica por un puente sobre la estatua de Roca em Bariloche", *Ñ Revista de Cultura Clarín*, 18 de Fevereiro, 2013, acessado em 29 de outubro, 2015, http://www.clarin.com/sociedad/Polemica- puente-estatua-Roca-Bariloche_0_868113227.html

PINTOS, Guillermo. "El puente que dividió la ciudad", *Miradas al sur*, 23 de Fevereiro, 2013, acessado em 29 de outubro, 2015, <http://www.miradasal sur.com.ar/archivo/edicion/249/cultura>

QUIJADA, Monica. *La ciudadanización del 'indio bárbaro'*. Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de La Pampa y la Patagonia, 1870-1920, *Revista de Indias* 217, 1999, 675-704.

DELRIO, Walter e RAMOS, Ana. Trayectorias de oposición. Los mapuches y tehuelches frente a la hegemonía en Chubut. In *Cartografías argentinas: políticas indígenas y formaciones provinciales de alteridad*, org. BRIONES, Claudia, 73-108. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2005.

RONCAROLO, Lorena. *Jóvenes Mapuches y la Carrera Contra el Tiempo*, *Razón y Palabra* 46, 2005, s/p, acessado em 29 de outubro, 2015, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520647021>

SAFATLE, Vladimir. "Não quero falar sobre gênero", *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto, 2015, acessado em 5 de novembro de 2015, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/231014-nao-quero-falar-sobre-genero.shtml>